

Mais miserável, Brasil sob Bolsonaro prepara "herança maldita"

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Apesar da recuperação prevista para 2021 e 2022, o mercado de trabalho na baixa renda deve manter tendência da última década de crescente informalidade. Segundo especialistas, essa será uma das principais travas à aceleração do crescimento e para o resgate de milhões de brasileiros que se tornaram miseráveis na pandemia. Na década passada, o Brasil teve o pior desempenho dos últimos 120 anos, empurrando os menos qualificados para a informalidade —área da economia que paga, produz e cresce menos, comprometendo sua evolução média. Na pandemia, mesmo o trabalho informal foi dizimado pela paralisação do setor de serviços, responsável por 70% do PIB (Produto Interno Bruto) e dos empregos, metade deles fora da formalidade. As principais ocupações desse segmento (trabalhadores domésticos e empregados do setor privado sem carteira, conta própria sem CNPJ, entre outros) perderam até 20% das vagas. Já os menos instruídos, majoritariamente informais e que não chegaram a completar o ensino médio, viram até 17% da renda desaparecer, segundo o Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas) com base em pesquisas do IBGE (Pnad e Pnad-Covid-19). Na retomada atual, ainda tímida e incerta pela falta da vacinação em massa, será necessário que a hoje metade da força de trabalho informal recupere melhores níveis de ocupação e renda para voltar a consumir e, assim, acelerar crescimento, investimentos e contratações. O estrago da pandemia no mercado informal não apenas ampliou a desigualdade —pois os mais ricos e escolarizados recuperaram a renda— como fez a pobreza extrema voltar ao patamar de meados dos anos 2000. No primeiro trimestre de 2021, os miseráveis (renda mensal inferior a R\$ 246/mês) somavam 16% da população, ou 35 milhões de pessoas. Em 2019, antes da pandemia, eram 24 milhões na pobreza extrema, ou 11% do total. Segundo o Datafolha, entre os mais pobres, com até o ensino fundamental, 40% dizem estar faltando comida em casa. Desde agosto do ano passado, segundo a FGV Social, quase 32 milhões de pessoas deixaram a classe C (renda domiciliar entre R\$ 1.926 a R\$ 8.303). A maioria (24,4 milhões) desceu à classe E (renda até R\$ 1.205) ou direto à miséria. Para a consultoria Tendências, as classes D/E, agora mais numerosas, devem amargar mais 15% de perda de renda neste ano, travando a recuperação via consumo das famílias —que foi, até a pandemia, o principal motor da economia. A alternativa seria o país crescer apoiado em maiores taxas de investimento e poupança. Mas ambas estão nos menores patamares desde os anos 1980. Como agravante, ao contrário das crises socioeconômicas na década de 1980 e início dos anos 1990, desta vez o Brasil não tem muita munição para resgatar os mais pobres via programas de transferência de renda —como fez com iniciativas focalizadas nos anos 1990 (governo FHC) e com o Bolsa Família nos 2000 (Lula). De 1980 para cá, a carga tributária, que financia esse tipo de programa, saltou de 24,5% como proporção do PIB para 35,2%; e a dívida pública bruta encostou em 90%. Os dois indicadores são os maiores na comparação com grandes emergentes e estão na raiz da atual crise fiscal brasileira —anterior à pandemia, quando o país vinha crescendo ao redor de 1% ao ano. "A dívida pública muito alta provoca uma insegurança que é transmitida para o dólar [no qual busca-se proteção], que pressiona a inflação [via importações], levando o Banco Central a subir os juros para segurar os preços. O resultado é uma atividade mais fraca e vagas de pior qualidade", diz Fernando Veloso, doutor em economia pela Universidade de Chicago e pesquisador do Ibre-FGV. Veloso observa que, desde a recessão de 2014 a 2016, a geração de vagas tem sido predominantemente informal, o que produz "marcas duradouras" no mercado de trabalho, compromete a produtividade e o crescimento. "O que vimos a partir de 2017 foi um padrão de informalidade muito maior do que na saída de outras crises", diz, acrescentando que isso traz "um risco elevado de que o aumento na taxa de pobreza torne-se estrutural." Para Marcelo Neri, diretor da FGV Social, trata-se de um "paradoxo" o Brasil ter hoje taxas altas de pobreza extrema e serviços públicos de má qualidade com carga tributária e dívida pública tão elevadas. "Temos por aqui uma

espécie de "Esgana": carga tributária da Espanha e serviços públicos e padrões de Gana." O economista afirma que, se a hiperinflação foi o grande problema dos anos 1980, o governo Jair Bolsonaro agregou às duas mazelas atuais (baixo crescimento e alta desigualdade) um enorme grau de instabilidade socioeconômica —o que é muito ruim especialmente para os mais pobres. Segundo Pedro Loureiro, professor na área de estudos latino-americanos na Universidade de Cambridge, no Reino Unido, o atual momento brasileiro tende, além de piorar a taxa de pobreza, a aumentar a desigualdade. "Em um cenário sem crescimento, alguém tem de cair para que o outro melhore." Não apenas, mas no Brasil em particular, o resultado da pandemia tem sido uma recuperação em forma de "K": o emprego tem reagido lentamente para todos os grupos, mas, enquanto os mais qualificados e ricos voltaram ao nível de 2019, os menos escolarizados e pobres permanecem 20% abaixo. O economista Naercio Menezes, do Insper, lembra que os 10% mais ricos no Brasil concentram 1/3 do consumo total. E que as mudanças de comportamento dessa faixa no consumo — mais home office ; menos idas a lojas e restaurantes— podem ter impactos duradouros no emprego de funções menos especializadas, como faxineiros em escritórios, vendedores e garçons. Segundo a FGV, quase sete em dez empregos já estão em setores com baixo conteúdo tecnológico, com salários 40% abaixo da média nacional. "E, quanto mais tempo os jovens permanecerem desempregados, mais sua trajetória profissional será afetada, diminuindo a produtividade e salários no futuro, empurrando-os para a criminalidade e aumentando a desigualdade de renda", diz Menezes. Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, os anos à frente no Brasil podem ser "trágicos", com o governo Bolsonaro deixando uma "verdadeira herança maldita" para o próximo presidente ou para si mesmo, caso seja reeleito. Vale lembrar que, além de a criação de subempregos ter praticamente dobrado nos últimos seis anos, a taxa de desocupação acima de 10% já se arrasta por mais de meia década. "Isso fragiliza qualquer economia e fica muito difícil para as pessoas voltarem ao mercado formal, tornando o subemprego algo permanente, perpetuando a pobreza e a desigualdade." Samuel Pessôa, economista da FGV-Ibre e colunista da Folha, tem uma visão um pouco mais otimista, embora diga que o Brasil "parece ter se casado com a mediocridade". Segundo ele, desde o final de 2020, notícias positivas na economia surpreendem, sobretudo no início de 2021, quando muitos apostavam que o país recairia na recessão. Para Pessôa, 2022 pode ter "uma cara de 2002", quando a economia reagiu positivamente, inaugurando um ciclo de crescimento baseado no boom nos preços das commodities que o Brasil exporta —algo que se repete agora em menor escala, por enquanto. No começo dos anos 2000, quando o real também estava muito desvalorizado, esse boom foi crucial para o Brasil consertar suas contas externas e acumular cerca de US\$ 350 bilhões (R\$ 1.855 trilhão) em reservas —o que hoje garante certa tranquilidade nesse front. "No final, as coisas devem ir se arrumando, mas dentro de nossa mediocridade. O sonho de que o Brasil poderia se tornar algo grande, porém, parece ter desaparecido", diz Pessôa.